



Ponte sobre o rio Catumbela | Benguela



BCA

Banco Comercial Angolano

Relatório | 2014
◆ eContas

Fenda do Bimbe | Huila



índice

Aprovação do Conselho de Administração	4
Relatório de Gestão	7
Crescimento BCA	11
Principais Indicadores	16
Órgãos Sociais e de Gestão	18
Declaração sobre a Governação Corporativa	21
Informação de Gestão de Risco	25
Visão Macroeconómica	33
Canais de Distribuição	40
Demonstrações Financeiras	43
Balço	44
Demonstração de Resultados	45
Fluxo de Caixa	46
Notas às Demonstrações Financeiras	47
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	84
Relatório dos Auditores Externos	86

Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do Banco Comercial Angolano, S.A. são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

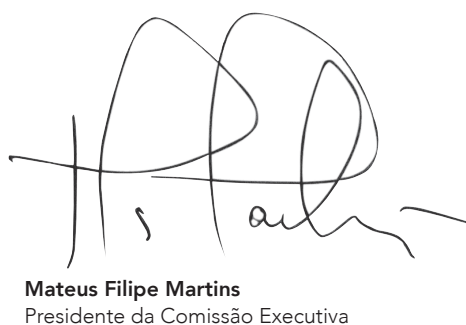
Para satisfazer esta responsabilidade o banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que

as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e vão assinadas em seu nome por:



Francisco da Silva Cristovão
Presidente do Conselho de Administração



Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

Luanda, 23 de Abril de 2015

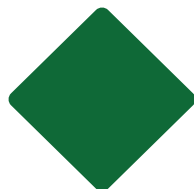
Cascata da Humpata | Huila



Embondeiro nas Salinas do Mussulo | Luanda



Relatório de Gestão 2014



A estratégia operacional adoptada pelo Banco desde 2009, assegurou uma rentabilidade bastante satisfatória (os fundos próprios triplicaram, de 2008 a 2014), não obstante a retirada do maior accionista da sua estrutura verificada em 2009, a crise financeira de 2010, e uma série de medidas prudenciais introduzidas pelo Banco Nacional de Angola, assim como a reforma fiscal que, na generalidade, alargou a base tributável.

Para o período de 2014/2016, o enfoque tem sido a concentração nos aspectos de melhoria da eficiência, e do crescimento do banco em termos de balanço. Para o alcance deste desiderato, o esforço do banco será orientado no sentido de:

- ◆ Aumentar e diversificar a base de clientes;
- ◆ Obter depósitos estáveis e mais rentáveis; e
- ◆ Diminuir a concentração do risco de crédito, mediante uma maior diversificação da carteira de crédito do Banco.

Isto implica que seja observada uma maior aproximação do banco junto do cliente, de maneira a reduzir ao mínimo o esforço físico, e financeiro deste, no acesso aos nossos canais de distribuição. Neste âmbito, um dos objectivos do banco é de alcançar até 2016 os 50 balcões em 14 das 18 províncias do País, de modo a garantir uma base de clientes superior a 100.000 nos próximos 4 anos, com 80 a 90% dos quais possuindo cartões de débito, e pelo menos 60% com acesso a canais electrónicos, tais como, a internet e o SMS banking. Também constitui um dos objectivos o desenvolvimento de novos produtos e de novas linhas de negócios.

O banco continuará ainda a apostar:

- ◆ na melhoria dos processos e sistemas de compliance ao nível de aceitação de clientes e contrapartes, filtragem de pagamentos e também os sistemas utilizados na gestão dos riscos de incumprimento, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- ◆ no aperfeiçoamento da infraestrutura de informática e operações, para assegurar o seu crescimento sustentável;
- ◆ na formação e capacitação dos quadros;
- ◆ no incremento dos seus fundos próprios;
- ◆ na conclusão do processo de implementação do Disaster Recovery (Réplica do sistema informático) e no Plano de Continuidade do Negócio; e
- ◆ no benefício e satisfação dos stakeholders.

A nossa Visão continua a de "Ser um Banco Universal de Referência em Angola, com enfoque no domínio institucional e corporativo, mas com os olhos postos no segmento dos particulares".

A Missão do Banco mantém-se a da "Criação de valor para os nossos stakeholders, com a finalidade de prestação de serviço de excelência aos nossos clientes, que são a nossa razão de ser, e um relacionamento salutar com todos aqueles que nos ajudam a crescer, a consolidar o nosso prestígio, reputação e aumento da quota do mercado".



Indicadores Financeiros

Activo

Em 2014 o banco apostou mais no investimento em títulos e valores mobiliários e nos créditos, tendo registado um aumento de 233% e de 10%, respectivamente, ao passo que as aplicações reduziram em 83%. Apesar deste esforço, os activos globais do banco mantiveram-se estáveis (com um ligeiro aumento: 0,22%, em relação a 2013), dos quais, 63% são remuneráveis.

Passivo

Os passivos totais, à semelhança dos activos, continuaram constantes, não obstante uma significativa alteração na estrutura dos depósitos, isto é, uma redução dos depósitos à ordem em 15%, por contrapartida do aumento na mesma proporção dos depósitos a prazo.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios registaram um aumento gerado pelo Resultado Líquido.


Demonstração de Resultados

Apesar da redução em 77% dos proveitos de aplicações, o aumento dos proveitos dos títulos e de crédito em 391% e 39% respectivamente, associado à redução em 31% dos custos dos Depósitos a prazo, levaram, no global, ao incremento da margem financeira em 23%.

Contrariamente, a margem complementar reduziu substancialmente, por influência do decréscimo registado nos resultados com operações cambiais e nas comissões recebidas, de 8% e 11%, respectivamente.



Francisco da Silva Cristóvão
Presidente do Conselho de Administração

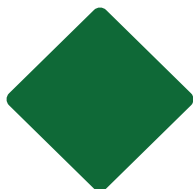


Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

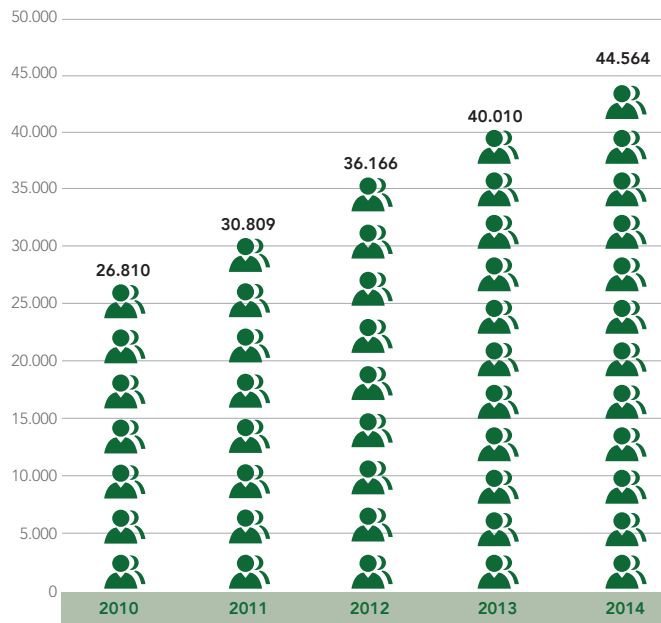
Baía de Lobito | Benguela



Crescimento BCA



Cientes

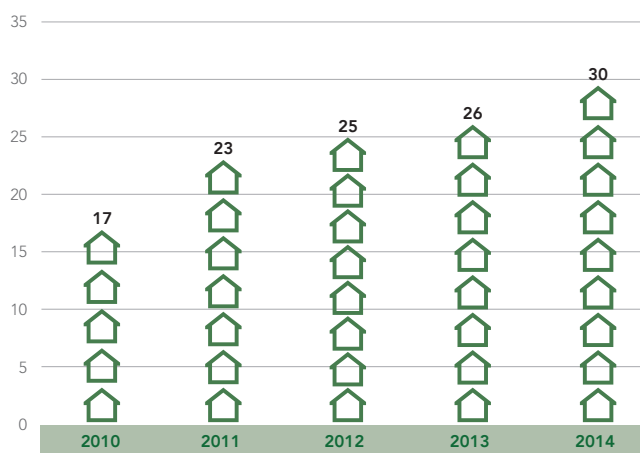


Fundos Próprios

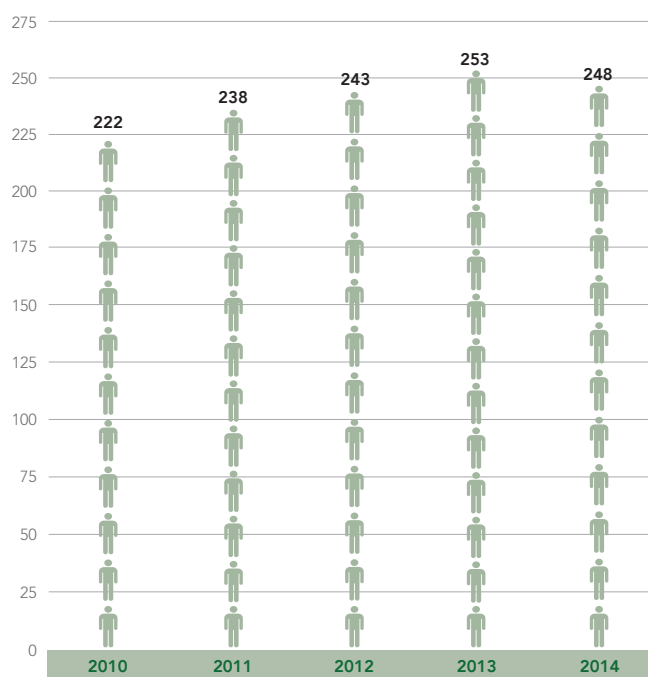




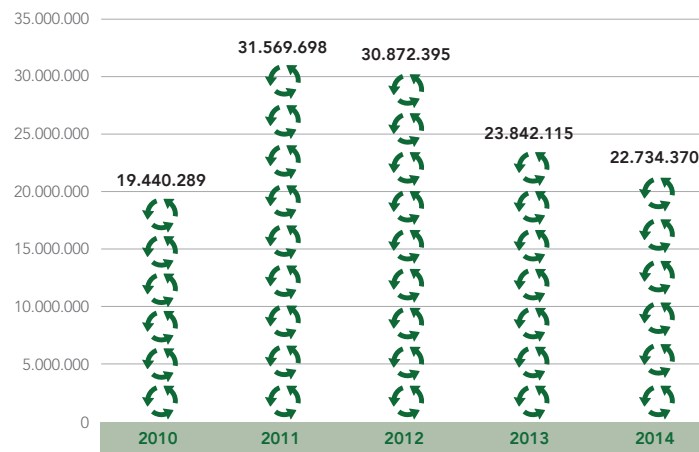
Agências / Balcões



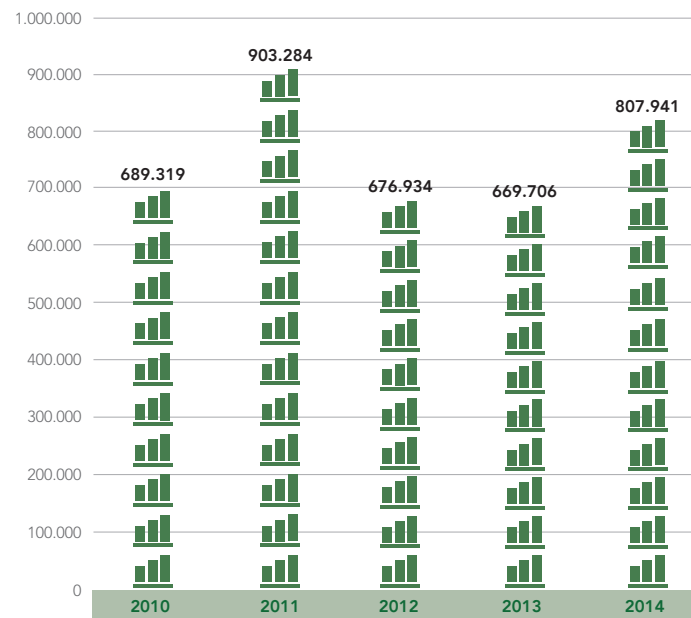
Colaboradores / Funcionários



Activos de Clientes

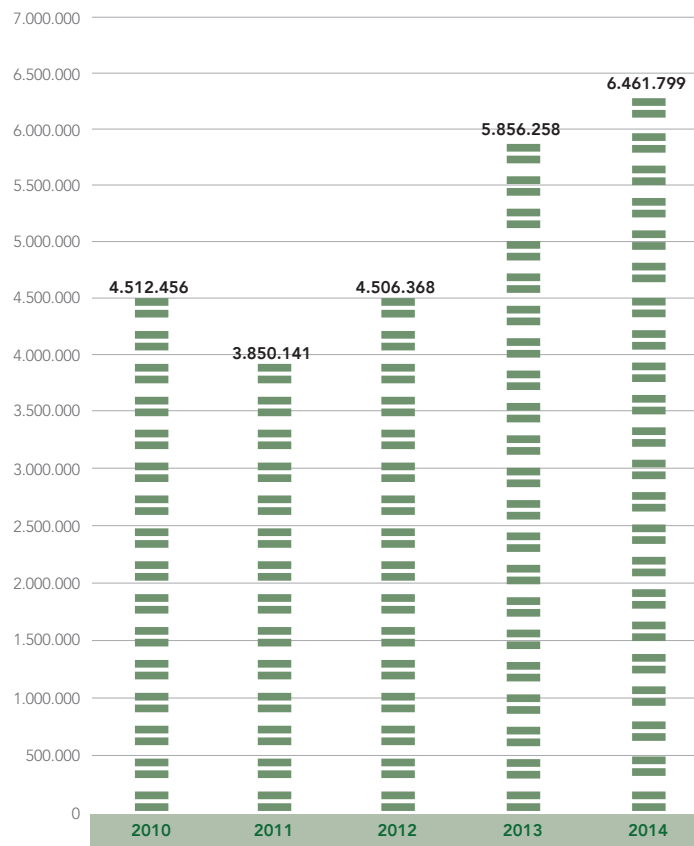


Resultados Líquidos





Crédito



Principais Indicadores

	2014 AKZ'000	2014 USD'000	2013 AKZ'000	2013 USD'000
Balanço				
Total do Activo	30.924.788	300.641	30.854.273	316.069
Crédito sobre Clientes	6.461.799	62.819	5.856.258	59.991
Recursos Totais - Clientes	22.734.370	221.016	23.842.115	244.237
Capitais Próprios	5.856.197	56.932	5.286.280	54.152
Actividade				
Margem Financeira	1.498.935	15.216	1.217.662	12.620
Produto Bancário	3.288.588	33.384	3.223.262	33.407
Custos de estrutura	2.345.993	23.815	2.224.698	23.058
Resultado operacional	942.595	9.569	998.564	10.349
Resultado líquido	807.941	8.202	669.706	6.941
Margem Financeira/Produto Bancário	45,6%	45,6%	37,8%	37,8%
Margem Complementar/Margem Financeira	120,6%	120,6%	165,6%	165,6%
Cost-to-Income	71,3%	71,3%	69,0%	69,0%
Custos de estrutura/Activo Médio	7,6%	7,6%	7,2%	7,2%
Solidez e Liquidez				
Crédito Vencido/crédito Total	6,9%	6,9%	2,9%	2,9%
Provisões/crédito vencido	53,7%	53,7%	143,6%	143,6%
Rentabilidade do Total de Activo (ROA)	2,6%	2,6%	2,2%	2,2%
Rentabilidade dos Fundos Próprios (ROE)	14,5%	14,5%	13,5%	13,5%
Rácio Solvabilidade	44,1%	44,1%	35,2%	35,2%
Rácio Imobilizado	73,8%	73,8%	73,8%	73,8%
Limite de endividamento	496,0%	496,0%	583,0%	583,0%
Top 20 empréstimos/Fundos Próprios	86,0%	86,0%	95,0%	95,0%

Rio Kwanza | Malanje



Órgãos Sociais e de Gestão

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

Afonso Domingos Pedro Van-Dúnem “Mbinda”

Vice-Presidente

Mário António de Sequeira e Carvalho

Secretário

José Francisco Luís António

Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo)

Francisco da Silva Cristóvão

Administrador (Não Executivo)

António Daniel Pereira dos Santos

Administrador (Executivo)

Mateus Filipe Martins

Administrador (Executivo)

Mathias Tohana Nleya

Administrador (Executivo)

José Carlos de Almeida Marques

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Comissão Executiva

Presidente

Mateus Filipe Martins

Vogal

Mathias Tohana Nleya

Vogal

José Carlos de Almeida Marques

Direções

◆ Financeira

Helder Lisboa

◆ Risco e Crédito

Tatiana Muhongo

◆ Mercados Financeiros

Bo Kronback

◆ Auditoria Interna

Hirondina Ferreira

◆ Recursos Humanos

Hernani Cambinda

◆ Operações

Zuleica Pereira

◆ Infraestruturas

João Reis

◆ Informática

Otniel Agostinho

◆ Gabinete Jurídico

Delfina Cumandala

◆ Políticas e Procedimentos

Lizeth Lemos

◆ Banca de Retalho

Mário Leitão

◆ Banca de Empresas

José Carlos de Almeida Marques

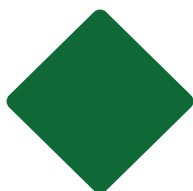
Parque Nacional do Iona | Namibe



Pedras Negras de Pungo Andongo | Malanje



Declaração sobre a Governação Corporativa



O Conselho de Administração pretende que os mecanismos de boa governação corporativa continuem a ser observados no BCA. Na implementação de boas práticas de governação e à luz da entrada em vigor do aviso 01/2013 do BNA sobre a governação corporativa, – foi considerado apropriado constituírem-se vários comités e grupos, nomeadamente:

CMC (Comité de Gestão)

Composto por todos os membros da Comissão Executiva (CE) e pelo quadro directivo do banco, o CMC discute e recomenda a implementação e a alteração de políticas, procedimentos e novos processos. Actualmente as reuniões da Comissão Executiva têm sido alargadas de modo a permitir a participação do quadro directivo do Banco, pelo que, as competências deste comité foram absorvidas pelas reuniões alargadas da Comissão Executiva. Está previsto que este Comité deve reunir mensalmente.

Comité de Crédito a Trabalhadores

Composto pelas Direcções de Crédito, Recursos Humanos e o Gabinete Jurídico, avalia e submete para aprovação do Comité de Crédito de Gestão os pedidos de Crédito aos trabalhadores.

Comité de Crédito de Gestão

Composto por todos os membros da CE e as Direcções de Crédito e Risco, Jurídica, Banca de Retalho, Banca de Empresas e Recursos Humanos. Avalia, discute e aprova os processos de

crédito até USD 2.000.000 e recomenda o envio dos processos para aprovação pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração. O Comité reúne sempre que existam pedidos de crédito para aprovação.

Comité de Crédito do Conselho

Este Comité é composto por dois administradores não executivos e um administrador executivo. Avalia, discute e aprova os processos de crédito acima de USD 2.000.000. Aprecia e aprova as recomendações do Comité de Crédito de Gestão.

Comité de Novos Produtos

Composto pelas Direcções de Banca de Retalho, Banca de empresas, Crédito e Risco, Marketing e Tecnologias de Informação e coordenado pelo Administrador Executivo para as áreas comerciais. Este comité avalia, discute e recomenda a implementação de novos produtos financeiros.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Composto pelos membros da Comissão Executiva e as Direcções de Contabilidade, Crédito e Risco, Banca de Empresas, Banca de Retalho e Sala de Mercados. O ALCO avalia, recomenda e apoia a gestão do banco, adicionando valor ao negócio através da gestão de liquidez, taxa de juros, riscos cambiais, estruturas dos balanços e gestão de capital. O ALCO reúne, em regra, uma vez por mês.



Comité de Recuperação de Crédito

Composto por todos os membros da CE e as Direcções de Crédito e Risco, Jurídica, Banca de Retalho, Banca de Empresas e Secretariado Geral do Banco. Este Comité avalia, discute e aprova as medidas e níveis de processos de crédito em recuperação, o saneamento e envio para contencioso de processos de crédito até USD 2.000.000,00 e recomenda o envio dos processos para aprovação pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração. Este Comité reúne, em regra, uma vez por mês.

Comité de Gestão de Risco

Composto pelas Direcções de Risco e Compliance, de Políticas e Procedimentos e de Auditoria. Reúne trimestralmente para analisar os seguintes riscos:

- ◆ Risco operacional;
- ◆ Risco de reputação;
- ◆ Risco de branqueamento de capitais; e
- ◆ Risco legal e de conformidade.

Grupo de Trabalho para a Expansão da Rede de Balcões

Responsável pela definição da estratégia de expansão e avaliação dos custos associados. Dele fazem parte dois administradores executivos e os directores das áreas associadas.

Grupo de Trabalho para o Suporte Técnico

Responsável pelo desenho e funcionamento de infraestrutura informática. É constituído por dois administradores executivos e os directores das áreas associadas.

Comité de Remunerações de Gestão

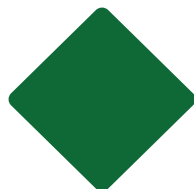
Composto pelas Direcções de Recursos Humanos e Jurídica. Este comité elabora propostas de remunerações dos trabalhadores, que submete à aprovação pela Comissão Executiva.

Na sequência da divulgação pelo Banco Nacional de Angola dos Avisos n.º 1/2013, 2/2013, e 3/2013, o Banco iniciou o processo de reestruturação interna do seu modus operandi, adequando-se ao espírito dos avisos mencionados. Conta ter o processo concluído no decurso do ano de 2015.

Miradouro da Lua | Luanda



Informação de Gestão de Risco



A gestão de riscos é uma das competências fundamentais do Banco Comercial Angolano e constitui a base para a execução das actividades, para a avaliação de alternativas estratégicas e para o estabelecimento de objectivos consentâneos com a estratégia seleccionada.

A filosofia de risco do Banco Comercial Angolano é orientada para o objectivo de criação de valor para o accionista, através do crescimento sustentável do nível de resultados, de uma forma consistente com as suas expectativas.

A cultura de risco e ética do Banco é consentânea com a filosofia de risco. O objectivo do BCA a este respeito é de garantir que seja mantida uma cultura de gestão do risco, de acordo com os *standards* internacionalmente aplicáveis, em todas as suas operações.

A gestão do risco é fundamental para as operações do Banco e constitui uma competência crucial para que a gestão opere de forma mais eficaz, num ambiente caracterizado por incertezas e riscos.

A gestão de riscos inclui a quantificação dos riscos associados às actividades comerciais, assegurando que os riscos assumidos respeitem os limites prudenciais estabelecidos, que os preços cobrados pelos diferentes produtos e serviços reflectam os riscos a eles associados e monitorar, numa base integrada, o perfil de recompensa do risco da carteira comercial e de investimentos do Banco.

Os detalhes de alguns dos principais riscos geridos são os que seguem:

Risco operacional

O Risco Operacional define-se como um risco directo e indirecto cujo impacto resulta dum

processo interno inadequado ou inexistente, pessoas, e sistemas ou originário de eventos externos. Com o propósito de calcular o custo do capital do risco operacional, o risco legal, o risco estratégico, reputacional e o sistemático são excluídos.

O risco operacional é caracterizado pelos Riscos de Compliance, Risco de Sistema de Informação, Risco de Processos e Risco de Pessoal.

- ◆ O Risco de Compliance resulta de violações ou incumprimentos de leis, regras, regulações, contratos, práticas prescritas ou padrões éticos;
- ◆ O risco de Sistemas de Informação provém da inadequação das tecnologias de informação no âmbito de processamentos, integridade, controlo, disponibilidade, e continuidade, derivados de estratégias e utilizações inadequadas;
- ◆ O risco de processos consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente de falhas na análise, processamento e liquidação de operações, de fraudes internas e externas, ou de inadequações, inoperacionalidades de infraestruturas.
- ◆ O risco de pessoal é fruto da inadequação em termos quantitativos e qualitativos dos recursos humanos, de processos de recrutamento, dos esquemas de compensação e avaliação, dos programas de formação, da cultura de motivação, das políticas sociais, relativamente às actividades e objectivos da Instituição.



O BCA segue a Abordagem do Indicador Básico (BIA) para a gestão do risco operacional uma vez que considera que existem benefícios financeiros e de reputação consideráveis aos quais uma gestão do risco operacional contribui para:

- ◆ Reduzir os eventos de ocorrência do risco operacional e as associadas perdas financeiras;
- ◆ Fortalecer a marca BCA e o custo do capital para o risco operacional;
- ◆ Satisfazer expectativas do Banco Central;
- ◆ Introduzir e avaliar a implementação à letra dos diplomas legais no âmbito da reforma tributária aplicada às operações do Banco;
- ◆ Acompanhar uma gestão pró-activa dos grandes eventos de risco operacional e controlos não efectivos, assim como possíveis violações aos limites dos indicadores chave;
- ◆ Estabelecer níveis de tolerância ao risco e atribuição de responsabilidades;
- ◆ Delegar autoridades;
- ◆ Definir a alocação dos riscos operacionais, através de uma cultura de conhecimento e aprofundamento do risco operacional. Nesse sentido, os órgãos de avaliação, cada vez mais, vão incluir o risco operacional como uma componente explícita na sua avaliação do crédito; e
- ◆ Outros trabalhos feitos na gestão do risco operacional.

O Conselho de Administração do BCA espera que os riscos operacionais relacionados com as actividades de negócio sejam claramente identificados, avaliados, controlados, comunicados e geridos através do processo interno designado DRACA (Avaliação e Controlo detalhado dos Riscos). Cada uma das unidades de negócio e funções do BCA deve gerir o seu risco operacional em cumprimento deste modelo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de comprometimento da capacidade financeira do banco, de tal ordem que as operações correntes não podem ser financiadas e os compromissos financeiros não podem ser cumpridos atempadamente. Na sequência do espírito de Basileia III, resultado da crise dos “subprimes”, que visa dotar os bancos de fundos próprios suficientes para fazer face a crises de liquidez, o Banco Nacional de Angola, em colaboração com os bancos comerciais, vem desenvolvendo uma série de instrumentos para a avaliação da exposição ao risco de liquidez. Seguindo uma ponderação estabelecida para os activos, passivos e extrapatrimoniais, os valores em moeda nacional e moeda estrangeira serão agrupados nas respectivas bandas temporais. O rácio de Solvabilidade calculado com base na ponderação dos activos de acordo com os regulamentos do BNA, deverá sempre exceder o percentual mínimo exigido.

O risco de liquidez comercial refere-se ao risco da incapacidade de cobertura de posições abertas de instrumentos financeiros de forma rápida e em valor suficiente a preços de mercado, por forma a evitar impactos financeiros adversos, resultantes tanto da escassez de liquidez no Mercado ou pelo facto do mercado se encontrar encerrado.

A gestão prudente da liquidez é fulcral para a viabilidade do Banco. A gestão do risco de liquidez inclui uma abordagem geral sobre a estrutura do balanço patrimonial do Banco, que consolida e sintetiza todas as origens e aplicação da liquidez, para além de incluir a análise da liquidez, da rentabilidade e da sensibilidade dos diferentes elementos do activo e passivo relativamente às variações da taxa de juro. A monitorização do risco de liquidez é desenvolvida independente e regularmente pelo Director de Risco e é reportada ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) e à Comissão Executiva.

A gestão de liquidez do Banco, visa atingir os seguintes objectivos principais:

- ◆ Satisfazer a procura por dinheiro dos clientes, incluindo levantamentos/pagamentos e financiamento a empréstimos;
- ◆ Fazer face às flutuações sazonais entre o nível de depósitos e o nível de levantamentos ou pagamentos a terceiros;
- ◆ Fazer face às oscilações cíclicas das condições económicas com impacto na disponibilidade dos fundos e/ou na procura por fundos;
- ◆ Minimizar o impacto adverso de potenciais alterações das condições prevaletentes

de mercado, susceptíveis de afectar a capacidade do Banco de se auto-financiar; e

- ◆ Fazer face às consequências emanadas da perda de confiança do público, que pode induzir a uma corrida aos bancos.

Para a realização eficaz dos objectivos acima ilustrados, são utilizados os seguintes instrumentos/procedimentos para a gestão da liquidez do Banco:

- ◆ Reuniões diárias de liquidez, de forma a monitorar e gerir o custo de liquidez no Banco;
- ◆ Garantir a qualquer momento, um montante determinado de activos líquidos como protecção contra um movimento imprevisto no *cash flow*;
- ◆ Gestão das características e dos riscos das diferentes fontes de liquidez, adoptando estratégias apropriadas de financiamento (incluindo a constituição de uma carteira de fundos, diversificada e estável), consentâneas com as necessidades de liquidez do Banco;
- ◆ Reduzir o risco de liquidez emanado de concentrações indevidas das fontes de financiamento – garantir a diversificação adequada da estrutura de depósitos, examinar o nível de confiança numa determinada fonte específica de financiamento, quer seja ao nível do depositante individual ou ainda por tipo de instrumento;
- ◆ Considerar a necessidade de diversificação das fontes de liquidez, estabilidade dos activos e a disponibilidade das fontes alternativas de financiamento à liquidez.



Em geral, o risco de liquidez é gerido por via da abordagem sobre o *cash flow*, com o propósito final de assegurar um nível adequado de liquidez mensal (evitando uma concentração indevida de fundos, bem como cumprir com os limites de *cash flows* expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes) através da optimização da estratégia de financiamento, tomando sempre em consideração a expectativa em relação à taxa de juro e ao crescimento projectado do balanço patrimonial.

O processo de monitorização do risco de liquidez, através de limites quantitativos inclui:

- ◆ *Cash flows* mensais expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes; e
- ◆ Reservas obrigatórias e outros requisitos regulamentares.

A Direcção de Sala de Mercados (SM) do Banco é responsável pelo cumprimento das normas regulamentares de liquidez, emanadas do Conselho de Administração.

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juro refere-se ao risco de variação da condição financeira do Banco, devido a alterações dos níveis das taxas de juro de mercado, activas e passivas. As mutações da taxa de juros afectam o rendimento líquido de juros do Banco e outros rendimentos sensíveis a esta variação, para além de afectar o risco geral de crédito. Por outro lado, na perspectiva económica, a alteração nas taxas de juro afectam o valor dos seus activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais.

O risco da taxa de juro pode resultar da diferen-

ça advinda do *repricing* dos activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais do banco (*repricing mismatch risk*); da alteração no declive da curva de rendimentos (risco da curva de rendimentos – *yield curve risk*); de correlações imperfeitas entre as taxas activas e passivas de instrumentos diferentes com características de alteração semelhantes (risco de base); e de opções relacionadas com taxas de juro (risco de opção).

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho operacional. O risco empresarial / de negócio é definido como o montante máximo do desvio negativo dos níveis previstos das margens líquidas de juro activas e passivas (devido ao volume dos activos e passivos, composição e desvios na fixação de preços), honorários, comissões e taxas de serviços prestados, assim como as despesas operacionais geridas pelo Banco.

Os limites quantitativos para o risco de taxas de juro são determinados com base no objectivo do Banco de limitar a sua exposição a consequências adversas advindas de alterações nas taxas de juro prevalecentes.

O objectivo primordial do processo de gestão de taxas de juro activas e passivas do Banco é de conter as reduções do rendimento líquido de juros resultantes de alterações substanciais das taxas de juro.

O Banco Comercial Angolano deverá utilizar modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro (projeções) para avaliar a exposição do Banco a alterações nas taxas de juro a curto prazo. O Conselho de Administração poderá estabelecer e aprovar anualmente limites de sensibilidade do rendimento líquido de juros.

No mínimo, o Banco deverá mensurar trimestralmente a sensibilidade dos seus rendimentos líquidos de juro às variações da taxa de juro. Os resultados propiciados pelos modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro ilustram o impacto antecipado, em pelo menos dois cenários diferentes e hipotéticos, de variações nas taxas de juro, para períodos de pelo menos um ano. Um dos cenários reflecte, tanto quanto possível, a melhor estimativa relativamente às condições futuras mais prováveis da taxa de juro. Outro dos cenários reflecte a estimativa da Direcção relativamente a um nível extremamente adverso da taxa de juros e é utilizado para avaliar o comportamento dos rendimentos líquidos de juro em condições de tensão.

Perfis da recompensa do risco com uma taxa de juro a doze meses (com a recompensa definida como a realização ou sobre-realização da variável destino – como sejam receitas líquidas de juros e suas componentes orçamentadas/previstas – e o risco definido como a variação negativa da variável destino), para o rendimento do juro líquido e seus componentes, são quantificados e avaliados através duma abordagem de simulação compreensiva. Esta abordagem de simulação cobre uma variedade de possíveis cenários de taxas de juro. No desenvolvimento de cenários de taxas de juro, são considerados diversos factores como seja o nível e a estrutura prevalecente de taxas de juro, bem como os movimentos históricos.

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o negócio (risco empresarial), do seguinte modo:

- ◆ Margem de Activos: a margem de activos em risco é o impacto que movimentos adversos no nível de preços, volumes e

composição dos activos (tipo de produto, estrutura da base de clientes) originam no valor dos activos do Banco. Quanto à relação entre o preço dos activos e o risco de crédito, as perdas esperadas de crédito constituem um custo intrínseco ao próprio negócio creditício. O risco de crédito é, no entanto, gerido como parte do processo normal de actividades de gestão e monitorização da carteira de crédito do banco, de acordo com a política de risco de crédito em vigor.

- ◆ Margem de Passivos: a margem dos passivos em risco é o impacto que os movimentos adversos no nível de preços e composição do passivo (tipo de produto, etc.) originam no valor dos passivos do Banco.
- ◆ Resultado de Exploração: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de honorários, comissões e taxas de serviços em consequência do risco empresarial resultante da não realização dos objectivos de vendas, redução de preços devido a pressões concorrenciais e a redução do volume das transacções. O risco associado às receitas provenientes de actividades comerciais e de investimento é gerido como parte integrante do risco de mercado, comercial e de investimento.
- ◆ Despesas Operacionais: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de despesas operacionais que podem surgir devido à ocorrência de custos não previstos, controlo inadequado de custos e subutilização da capacidade instalada.



Risco de Crédito

Refere-se ao risco de prejuízo financeiro (capital e/ou rendimento) resultante do não cumprimento por parte de um devedor, por qualquer que seja o motivo, das suas obrigações contratuais ou financeiras.

A atenção do Banco está voltada à concessão de facilidades de crédito com base em princípios de crédito com retorno apropriado, equilibrando o risco e os rendimentos. A Política geral é encontrar motivação primária no que diz respeito:

- ◆ ao mérito do negócio;
- ◆ à situação financeira do devedor; e
- ◆ à transacção em si (a decisão nunca deve ser tomada apenas com base nas garantias).

Deve-se manter um equilíbrio entre o risco e um serviço ao cliente de qualidade. Um serviço de qualidade não deve significar atribuição de créditos a entidades que não o mereçam.

O Banco não concederá crédito de qualquer que seja a natureza a um cliente que não tenha a capacidade de reembolsar os valores concedidos.

O objectivo do Banco é a concessão de crédito a empresas e/ou particulares com base na sua própria capacidade financeira e não exclusivamente na confiança da empresa mãe, outros fiadores ou somente na base das garantias prestadas.

As facilidades devem ser concedidas a particulares ou empresas às quais pertencem os activos contra os quais o Banco concede o empréstimo.

A avaliação do perfil financeiro de particulares e empresas varia de sector para sector ou de indivíduo para indivíduo, devendo ser feitos esforços para o uso de estudos comparativos como orientação, onde seja possível.

É essencial desenvolver uma confiança mútua através do contacto pessoal com os clientes a quem estamos a conceder os empréstimos. No caso concreto de empresas, devemos visitar as instalações onde elas se localizam, pelo menos uma vez ao ano, preferencialmente no momento em que se fizer a avaliação das facilidades.

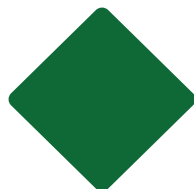
No geral, o Banco deverá obter garantias ilimitadas e cessão ou capitalização das contas de crédito (excepto as de parcerias) dos directores/parceiros/procuradores como garantia das facilidades concedidas a empresas, corporações, parcerias, procuradores e esposas, no caso de particulares.

São responsáveis para a concessão de crédito os seguintes órgãos do banco dentro das competências a si delegadas: Direcção de Crédito; Comité de Crédito a Trabalhadores; Comité de Crédito a Gestão e o Comité de Crédito do Conselho.

Plantas de Aloe vera,
Salinas do Sumbe | Kwanza Sul



Visão Macroeconómica



ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial manteve em 2014 os sinais de recuperação apesar de enfrentar forças extremamente complexas que lhe estão a tentar dar uma nova estrutura, nomeadamente o legado da crise financeira, a crise da zona euro, os elevados níveis de dívida dos Governos, das Empresas e das Famílias, fracos níveis de investimento, fraquezas no mercado de trabalho devida ao envelhecimento da população nas economias avançadas, persistentes reduções nos rendimentos dos títulos refletidas pelas baixas taxas de juros reais que contrastam com expectativas negativas no que à inflação diz respeito.

Juntam-se àqueles factores, as alterações substanciais no mercado cambial com reflexos nas taxas de crescimento e nas políticas monetárias dos países, a queda do preço do petróleo que para os países importadores foi um estímulo ao crescimento mas com efeitos adversos e contrários às economias exportadoras.

Em 2014 o crescimento económico global situou-se em 3,4% comparativamente aos 3,0% registados em 2013.

Evolução do PIB (em %)

Zona	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Mundo	5,2	3,9	3,2	3,0	3,4	3,5
Economias avançadas	3,0	1,7	1,4	1,3	1,8	2,5
Zona Euro	2,0	1,6	- 0,7	- 0,5	0,9	1,7
Mercados emergentes e economias em desenvolvimento	7,5	6,3	5,1	4,7	4,6	4,4

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook atualizadas em Janeiro de 2015.

Economias Desenvolvidas

As economias da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) no seu conjunto recuperaram a sua performance, apesar dos factores referidos acima, tendo crescido em 2014 em 1,8%.



Das economias avançadas, destacam-se, o crescimento sólido dos EUA e do Canadá em 2,4% e 2,5% respectivamente. A economia norte americana beneficiou-se da redução dos custos da energia, do crescimento do mercado de trabalho, do fortalecimento e melhorias da confiança do consumidor e de uma moeda cada vez mais forte.

O crescimento do Canadá, é maioritariamente explicado por políticas monetárias acomodáticas e uma gradual consolidação da política fiscal.

Zona Euro

Como revelam os dados do World Economic Outlook, a actividade económica na Zona Euro, foi mais fraca que o esperado para a segunda metade de 2014 com um investimento privado mais fraco em quase toda a Zona exceptuando a Irlanda, Espanha e a Alemanha.

Apesar das fraquezas patentes houve uma modesta recuperação na economia da Zona. Alguns países como Alemanha, Espanha e a Irlanda conseguiram dar uma "revira volta" à sua actividade económica saindo de um crescimento de 0,5%, -1,2%, -0,3% em 2013 para 1,6%, 1,4% e 4,8% em 2014.

Mercados emergentes e economias em desenvolvimento

As economias emergentes da Europa mantiveram o crescimento de 2013 situada em 2,8%.

Apesar de o crescimento global ser estável, houve como que uma "cedência" das taxas de crescimento entre essas economias. A Turquia que em 2013 cresceu 4,3% abrandou o crescimento para 2,9%. A Polónia viu a sua taxa de crescimento passar de 1,6% em 2013 para 3,3% em 2014, Roménia de 3,5% para 2,9% e a Hungria de 1,1% para 3,6%.

As economias emergentes da Ásia, continuam a consolidar o seu crescimento embora em ritmos mais lentos. A China recuou 0,3 pontos percentuais situando-se agora em 7,4% face aos 7,7% de 2013 ao passo que a Índia avança 2,8 pontos percentuais para se situar nos 7,2% contra os 4,4% de 2013.

Na América Latina e Caribe, o crescimento económico reduziu para 1,3% devido fundamentalmente à desaceleração no mercado mundial das *commodities*. Mau clima de negócios e baixa confiança do consumidor no Brasil bem como a persistente crise na Venezuela, agravaram a economia da sub região.

África Subsaariana

Na África Subsaariana, apesar da queda do preço de petróleo, das incertezas políticas mais concernentes às eleições, dos efeitos das epidemias como o Ébola, o crescimento continua sólido, perdendo apenas 0,2 pontos percentuais face ao crescimento de 2013 quando se situou em 5,2%.

A Nigéria manteve a sua taxa de crescimento de 2013, crescendo 6,3% em 2014. Angola melhorou 0,1 pontos percentuais, situando o crescimento em 4,2%. A República do Congo melhorou a sua actividade económica 1,5 pontos percentuais, crescendo 6,0% em 2014.

A economia Sul Africana viu a sua actividade abrandar 0,7 pontos percentuais em 2014 devido a greves no sector minério e restrições no fornecimento de electricidade crescendo 1,5%.

As economias da Guiné-Conacri, Libéria, e Serra Leoa tiveram que lidar com graves perturbações na agricultura e adiar vários projectos no campo da mineração devido a restrições impostas pela epidemia do Ébola, o que explicou o declínio da actividade económica destes países.

Os países exportadores de petróleo da região, como a Nigéria, o Tchad e Angola tiveram que ajustar rapidamente os seus instrumentos de gestão macroeconómica em função da vertiginosa queda do preço do principal produto de exportação, com reflexos negativos nas taxas de crescimento, deterioração das suas Balanças correntes e o agravamento da inflação.

ECONOMIA ANGOLANA

Visão Geral do Crescimento económico

A economia angolana mantém o ritmo de crescimento lento que se verifica desde 2013, apesar das dificuldades que o contexto internacional impõe e do clima económico nacional menos favorável em 2014. Neste ano, a actividade económica do País cresceu 4,2% mais 0,2 pontos percentuais acima do crescimento de 2013.



Evolução do PIB (em %)

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015*
Angola	3,4	3,9	5,2	4,1	4,2	4,5

Fonte: FMI

* Os valores de 2015 são projecções do World Economic Outlook actualizadas em Janeiro de 2015.

Os esforços do Governo em diversificar a economia no sentido de diminuir a dependência do Sector petrolífero são mais notórios com a reabilitação, modernização e desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais e do reforço de programas que promovem o investimento na agricultura e no Sector industrial e estimulam o empreendedorismo com vista a aumentar a contribuição e o peso das Pequenas e Médias Empresas na produção nacional, a criação de mais empregos e melhoria na estrutura das receitas fiscais. Destes programas, destaca-se o Angola Investe.

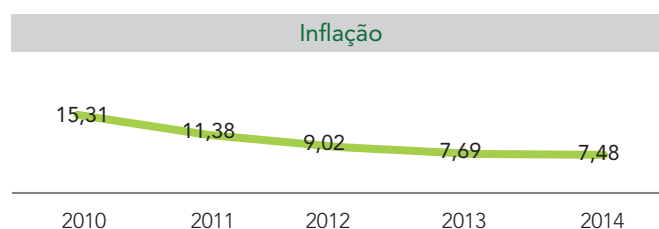
Segundo o Relatório de fundamentação do OGE revisto para 2015, o Sector não petrolífero tinha até o segundo trimestre uma previsão de crescimento de 8,2% enquanto que o petrolífero decresceria 3,5%.

Estima-se ainda que em 2015 as receitas petrolíferas representem 39% da receita corrente e as receitas não petrolíferas superiores àquelas na ordem de 59% da receita corrente, invertendo assim o quadro que há muito domina a estrutura das contas nacionais. Esta inversão, deveu-se, em parte pela queda do preço de petróleo e pelos esforços da diversificação da economia. O Estado, mais prudente, reviu, no início de 2015, o Orçamento com vista a "ajustar a política fiscal às novas perspectivas da programação macroeconómica nacional e à nova realidade económica e financeira internacional".

A reforma tributária que se encontra agora em estado muito avançado, deu uma nova estrutura à Administração Fiscal, com destaque à fusão de órgãos como a Direcção Nacional de Impostos (DNI), o Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) e o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) num único órgão dando origem à Administração Geral Tributária com a responsabilidade de coordenar todo o processo de arrecadação de receitas do Estado para garantir a eficiência do sistema fiscal.

Inflação

Em 2014, a inflação continuou a evolução positiva iniciada em 2011, não obstante a desaceleração da redução anual verificada desde 2013.



Fonte: BNA e INE

Como refere o Relatório de Inflação do Banco Nacional de Angola para o II Trimestre de 2014, a continuação da tendência decrescente no IPC pode estar fundamentalmente ligada ao decréscimo nos preços mundiais dos bens alimentares e à estabilidade cambial de boa parte do ano.

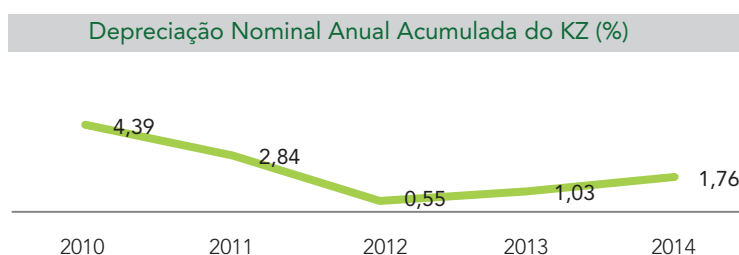
Uma breve visão das classes consideradas no cálculo da inflação, revela que as classes 3- Vestuário e calçado, 5- Mobiliário, equipamento doméstico e manutenção, 9- Lazer e Cultura, 11- Hotéis, Cafés e Restaurantes e 12- Bens e Serviços Diversos tiveram tendências crescentes nos últimos meses de 2014 o que, se não fosse o comportamento oposto das Classes de Alimentação e Bebidas não alcoólicas; Saúde; Habitação, Água, Electricidade e Combustível teria acelerado a inflação para níveis mais elevados.

Sector Externo e o Mercado cambial

A deterioração da Balança corrente resultante da grande queda no preço de petróleo aliada aos problemas operacionais restritivos da produção em alguns blocos, causou a depreciação do Kwanza face ao Dólar americano. Neste ano, o Saldo da Balança corrente cobre apenas 43% do Saldo da Balança de Capital e Financeira representando assim uma perda de reservas brutas na ordem de USD 4.542 milhões, facto mais que suficiente para explicar a perda de valor da moeda nacional face ao Dólar norte americano.



De 2013 a 2014, o Kwanza depreciou 1,76% face ao Dólar, passando uma unidade monetária norte americana a custar 98,3 Kwanzas em 2014 contra os 96,6 de 2013.



Fonte: Relatório de fundamentação do OGE revisto para 2015.

Apesar da queda registada, o nível das Reservas Internacionais Líquidas mantém a capacidade de "buffer" em presença de situações susceptíveis de desequilibrar a Balança de Pagamentos.

Mercado monetário

Em 2014 houve uma expansão dos agregados monetários M3, M2 e M1 em 18,45%, 13,49%, 15,01% respectivamente comparados com os dados de 2013.

Como referido no Relatório de fundamentação do OGE revisto para 2015, a Base Monetária em moeda nacional passou de AKZ 867.204,34 para AKZ 851.099,46 uma redução de 1,89% em consequência da redução dos Depósitos dos Bancos Comerciais em moeda nacional.

As taxas de juro médias ponderadas dos Bilhetes do Tesouro (BT) com as maturidades de 91, 182 e 364 dias aumentaram respectivamente 2,80, 2,52 e 0,82 pontos percentuais justificados pelo aumento nas emissões de títulos de dívida pública para o financiamento do défice orçamental.

A taxa LUIBOR overnight (maturidade de um dia) cresceu 1,43 pontos percentuais para se situar em 6,14% em 2014.

Por fim, mas não menos importante, há que referir o trabalho que tem vindo a ser feito pelo Banco Central no sentido de modernizar e a assegurar a estabilidade do Sector financeiro nacional com a emissão de vários normativos e instrutivos visando a adopção plena das Normas internacionais de Relato Financeiro a partir de 2016 e a implementação dos princípios de Basileia II.

Canais de Distribuição

1 - Directos: Agências (30)

LUANDA

Valódia - Sede

Av. Comandante Valódia, 83-A
Tel: (+244) 222 448 842/48/49
Fax: (+244) 222 449 516
E-mail: bca@bca.co.ao
SWIFT: COMLAOLU

Deolinda Rodrigues

Rua Deolinda Rodrigues, 477
Estrada de Catete - Luanda
Tel/Fax: (+244) 222 260 063/2376

N'gola Kiluanji

Rua N'gola Kiluanji, 183
São Paulo - Luanda
Tel: (+244) 222 384 508/40
Fax: (+244) 222 384 570

Rainha Ginga

Rua Rainha Ginga, 8 - B
Coqueiros - Luanda
Tel: (+244) 222 334 160/3289/3678
Fax: (+244) 222 330 189

Major Kanhangulo

Rua Major Kanhangulo, 288
Ingombota - Luanda
Tel: (+244) 222 330 932/1097
Fax: (+244) 222 330 802

Morro Bento

Rua Pedro Castro Van-Dúnem
Estrada Nacional - Talatona
Bairro Morro Bento

Torres da Imporáfrica

Rua Kwame N'Kruma, Edifício
Torres Imporáfrica R/C
Bairro Maculusso
Tel/Fax: (+244) 222 208 222/01

Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro

Área das Chegadas Internacionais
Bairro do Cassenda
Tel: (+244) 222 204 200/02

Porto de Luanda

Guiché Único das Alfândegas
Rua Padre José Maria Antunes
Tel: (+244) 222 206 000

Missão

Rua da Missão, 42

Funda Coca-Cola

Funda Fábrica Coca-Cola

Porto Seco de Viana

Sambizanga

Colégio Pitruca

Nova Vida

Hospital do Prenda

Hipermercado Jumbo

EDEL Viana

CABINDA

Cabinda

Largo Lopes Pim-Pim
Tel: (+244) 231 220 125
Fax: (+244) 231 222 127

Aeroporto Cabinda

Av. Duque de Chiasi
Aeroporto de Cabinda
Tel: (244) 231 223 148
Fax: (+244) 231 223 149

Porto de Cabinda

BENGUELA

Benguela

Rua Comandante Kassarje, 1
Tel: (+244) 272 23704/42/43/44/71
Fax: (+244) 272 236 640

LOBITO

Lobito

Av. 25 de Abril, Bairro 28
Edifício da ENE
Tel: (+244) 272 226 606/7/8/9/10
Fax: (+244) 272 611

Porto do Lobito

CUNENE

Santa Clara

Rua Principal de Sta. Clara
Próximo da Alfândega Sta. Clara

HUAMBO

Aeroporto do Huambo

Aeroporto Albano Machado

Huambo

Av. da Independência

UÍGE

Comércio Uíge

Convergência à Rua do Comércio,
23-A com a Rua da Ambuila, 20

ENE Uíge

MALANGE

Malange

HUILA

ENE Lubango

2 - Indirectos: Postos de atendimento

Multicaixas - ATM (45)
Terminais de Pagamentos
Automáticos - POS (152)

Serra da Leba | Huila



Ilha do Mussulo | Luanda



Demonstrações Financeiras



Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Balanço

	Notas	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Activo					
Disponibilidades	3	7.001.782	68.070	7.113.801	72.873
Aplicações de Liquidez	4	1.830.063	17.791	10.766.538	110.292
Títulos e Valores Mobiliários	5	11.351.672	110.357	3.393.529	34.763
Créditos sobre clientes	6	6.461.799	62.819	5.856.258	59.991
Participações	7	70.871	689	70.871	726
Imobilizações incorpóreas	8	745.836	7.251	786.207	8.054
Imobilizações corpóreas	8	3.064.800	29.795	2.545.585	26.077
Créditos no sistema de pagamentos	9	19.585	190	152.599	1.563
Outros Valores	10	378.380	3.679	168.885	1.730
		30.924.788	300.641	30.854.273	316.069
Passivo					
Outras captações					
a) à vista	11	696.837	6.774	22.284	228
Depósitos					
a) à vista	12	13.293.911	129.239	15.719.935	161.034
b) a prazo ou com pré aviso	12	9.293.139	90.345	8.069.130	82.660
Obrigações no sistema de pagamentos	13	181.918	1.769	506.593	5.190
Operações cambiais	14	147.320	1.432	53.050	543
Outras obrigações	15	1.379.584	13.412	1.131.325	11.589
Provisões p/ responsabilidades potenciais	16	75.882	738	65.676	673
		25.068.591	243.709	25.567.993	261.917
Fundos Próprios					
Capital	17	2.500.000	27.208	1.308.702	15.000
Reserva Actualiz. Monet. Capital Social	18	82.579	–	82.579	–
Resultados potenciais	18	(29.824)	(290)	12.963	133
Reservas e fundos	18	2.495.501	24.260	3.212.330	32.907
Reserva de reexpressão		–	(2.448)	–	(829)
Resultado do exercício		807.941	8.202	669.706	6.941
		5.856.197	56.932	5.286.280	54.152
		30.924.788	300.641	30.854.273	316.069

Demonstração de Resultados

	Notas	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Juros e proveitos equiparados	19	1.732.293	17.585	1.507.988	15.629
Juros e custos equiparados	20	(233.358)	(2.369)	(290.326)	(3.009)
Margem financeira		1.498.935	15.216	1.217.662	12.620
Comissões recebidas	21	711.938	7.227	797.159	8.262
Resultados em Op. Financeiras	22	1.115.281	11.322	1.213.475	12.577
Outros proveitos	23	4.712	48	5.977	62
Comissões pagas		(23.665)	(240)	(27.227)	(282)
		1.808.266	18.357	1.989.384	20.619
Provisões para créditos	27	(18.613)	(189)	16.216	168
Margem bruta total		3.288.588	33.384	3.223.262	33.407
Custos com Pessoal	24	(977.656)	(9.924)	(1.000.517)	(10.370)
Fornecimentos de terceiros	25	(633.849)	(6.434)	(735.296)	(7.620)
Outros Custos Adm. e de Comercialização	26	(283.179)	(2.875)	(235.793)	(2.444)
Impostos e taxas	28	(39.069)	(397)	(2.774)	(29)
Amortizações do exercício	8	(281.903)	(2.862)	(241.063)	(2.498)
Provisão Respons. Potenciais	10	(95.627)	(930)	-	-
Provisão Compensação	16	(6.509)	(107)	(5.843)	(61)
Outro proveitos e custos	29	(28.201)	(286)	(3.412)	(36)
		(2.345.993)	(23.815)	(2.224.698)	(23.058)
Resultados Operacionais		942.595	9.569	998.564	10.349
Resultado não operacional	30	5.752	58	9.151	95
		948.347	9.627	1.007.715	10.444
Provisão para Imposto Industrial	31	(140.406)	(1.425)	(338.009)	(3.503)
Resultado Líquido do Exercício		807.941	8.202	669.706	6.941

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Fluxo de Caixa

	2014 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	948.347	1.007.715
Mais:		
Amortizações	281.903	241.063
Provisões Compensação Reforma	91.930	5.843
Provisões de crédito	18.613	(16.216)
Resultado não operacional	3.399	(3.314)
Menos:		
Dividendo pago	(195.237)	–
Impostos pagos	(428.744)	(144.476)
Fluxos de actividades operacionais	720.211	1.090.615
Flutuação de crédito	(605.541)	(1.320.917)
Flutuação de outros valores	(209.495)	(12.137)
Créditos no sistema	133.014	(52.492)
Captação	674.553	(946.563)
Outras obrigações	467.101	108.715
Operações cambiais	94.270	(8.468)
Sistema de pagamentos	(324.675)	223.194
	949.438	(918.053)
Actividades de investimento		
Compra de meios fixos	(837.774)	(528.710)
Compra de títulos	(7.958.143)	872.865
Mercado inter-financeiro	8.936.475	5.324.367
Participações	–	6.855
	140.558	5.675.377
Actividades de financiamento		
Depósitos à ordem	(2.426.024)	(1.217.461)
Depósitos à prazo	1.224.009	(4.836.206)
	(1.202.015)	(6.053.667)
(Redução) em disponibilidades	(112.019)	(1.296.343)
Disponibilidades no início	7.113.801	8.410.144
Disponibilidades no fim	7.001.782	7.113.801



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Comercial Angolano, S.A. ("BCA" ou "Banco"), com sede em Luanda, é uma sociedade de capitais privados de residentes nacionais.

O Banco foi constituído em 17 de Março de 1997 e a actividade comercial só foi iniciada no dia 23 de Março de 1999 e desenvolve a sua actividade na área de banca universal, isto é, com igual enfoque na banca de retalho e empresas. A actividade do BCA assenta na realização de operações financeiras e na prestação de serviços permitidos aos bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, transacções em moeda estrangeira, concessão de crédito, captação de depósitos, serviços de transferência de moeda estrangeira, venda de seguros entre outros.

No final de 2014, o Banco dispunha de uma rede comercial nacional de 30 balcões/agências, dos quais, 4 foram abertos no ano de 2014.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. COMPARABILIDADE DE INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras anuais aqui apresentadas foram publicadas de forma a poderem ser comparadas com as do exercício anterior, e foram preparadas de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

2.2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Kwanzas (AKZ) no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, e de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF, conforme definido no Instrutivo n.º 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (AKZ), conforme Aviso n.º 15/07, art. 5º do BNA. No entanto, o Conselho de Administração assume o USD como a moeda de referência do Banco, sendo a moeda mais representativa das suas operações internacionais. Como consequência, a informação financeira é apresentada em ambas as moedas. As taxas de câmbio AKZ/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.13	96,49	97,62
31.12.14	98,51	102,86

As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- ◆ Histórica – para as rubricas dos Fundos Próprios;
- ◆ Vigente no final do ano – para a totalidade dos activos e passivos com a excepção das rubricas acima referidas;
- ◆ Média – para a demonstração de resultados.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

b) Atualização monetária

De acordo com o Aviso n.º 2/2009 do Banco Nacional de Angola, no caso de existir inflação, as instituições financeiras devem considerar mensalmente os efeitos da alteração do poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), aos saldos de capital reservas e resultados transitados. Considera-se hiperinflação se a taxa acumulada de inflação durante 3 anos se aproximar ou exceder 100%.

c) Provisão para riscos de crédito

A política de constituição de provisões para riscos de crédito foi alterada, com efeitos a partir de 31 de Março de 2008, com entrada em vigor do Aviso n.º 9/07, de 12 de Setembro (posteriormente revogado pelo Aviso 03/2012, de 28 de Março).

As normas mencionadas no referido Aviso 03/12, de 28 de Março estabelecem provisões específicas e definem os seguintes critérios para a constituição de provisões de créditos:

Classificação das operações e Provisão

As provisões são constituídas a partir das datas de concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente e em função da análise da qualidade do cliente e da operação.

Risco	Nível de Risco	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	0%
Muito Reduzido	B	1%
Reduzido	C	3%
Moderado	D	10%
Elevado	E	20%
Muito Elevado	F	50%
Perda	G	100%

A classificação do crédito por níveis de risco deve ser revista:

1. Anualmente, através de uma reafirmação/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

A classificação de todos os créditos da carteira, ou daqueles cujos devedores actuem em determinado sector da actividade económica ou área geográfica, é revista sempre que a Comissão Executiva entende que existem alterações significativas na conjuntura económica que afectam o risco das operações dos mesmos.

2. Mensalmente, em função do atraso verificado no pagamento da prestação de capital ou juros.

Dias de atraso	Nível mínimo de risco
15 a 30	B
30 a 60	C
60 a 90	D
90 a 150	E
150 a 180	F
Superior a 180	G

O Banco, contudo, aplicará essencialmente o dobro dos prazos previstos para esta revisão mensal, uma vez que os seus créditos têm, na sua maioria, prazos residuais superiores a 24 meses (conforme estabelecido no artigo 10º do Aviso 03/2012).

d) Outras provisões

O BCA tem também constituídas provisões para garantias prestadas, cuja atribuição dos níveis de risco é regida, tal como as provisões de crédito, pelo Aviso n.º 3/12 e, provisões para a compensação de reforma dos colaboradores à luz do art. 262 da Lei Geral do Trabalho, conjugado com o art. 3º do Decreto n.º 76/05 de 12 de Outubro.

e) Transacções em moeda estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola. A taxa de câmbio utilizada no final do exercício para a conversão em Kwanzas da principal moeda estrangeira, o Dólar Americano, foi aquela que está mencionada na Nota n.º 2.2.

f) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago e atendendo às suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

1. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados;
2. Títulos mantidos até ao vencimento – são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento;
3. Títulos disponíveis para venda – são aqueles adquiridos com o propósito de serem eventualmente negociados e por consequência não se enquadram nas demais categorias.

Os rendimentos produzidos pelos TVM, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses são reconhecidos em contrapartida da conta que regista o correspondente custo de aquisição.

Os TVM classificados nas categorias de “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda” são ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida:

1. Da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos para negociação”;
2. Da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando da venda definitiva.

Para fins do ajuste do valor de mercado dos títulos, a metodologia do seu apuramento segue o critério do preço definido pelo BNA.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

As perdas de carácter permanente em TVM são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes de Tesouro são emitidos a desconto e registados pelo valor pago na data da operação. No fim do período, após apuramento do justo valor aplicando a metodologia acima referida, são registados ao valor apurado.

Todos os títulos em carteira encontram-se registados nos livros ao valor pago e classificados como disponíveis para venda.

A metodologia de apuramento do justo valor dos títulos utilizada pelo Banco tem em consideração:

- i. Para os títulos não cotados de maturidade superior a 1 ano: o preço médio de instrumentos financeiros semelhantes, tendo em conta as datas de maturidade das operações, o risco de crédito e a moeda do instrumento; Preço definido pelo BNA; Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de modelo interno de valorização;
- ii. Para títulos cotados: o valor da cotação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que apresentam maturidades reduzidas (inferiores a 1 ano), os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação do seu valor de mercado.

Classificação em classes de risco

O Banco classifica os títulos e valores mobiliários nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para o crédito:

Risco	Nível de Risco	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	0%
Muito Reduzido	B	1%
Reduzido	C	3%
Moderado	D	10%
Elevado	E	20%
Muito Elevado	F	50%
Perda	G	100%

g) Imobilizações financeiras

Participações em coligadas e associadas

As participações em coligadas e associadas incluem as participações em empresas em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital votante (empresa coligada ou participada). Estes activos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual posteriormente é ajustado com base na percentagem efectiva do Banco, nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das coligadas ou equiparadas.

Participações em outras sociedades

As participações financeiras em outras sociedades, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efectivação do investimento, quer a realização tenha sido efectuada em moeda local, como em moeda estrangeira. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

h) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao seu custo de aquisição.

As imobilizações corpóreas são registadas ao seu custo de aquisição. Neste estão os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal aplicando-se as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:


	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10 - 25
Equipamento informático	3
Viaturas	3
Outras imobilizações	3 - 10

Por forma a dar-se cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 7º do Decreto n.º 6/96, de 26 de Janeiro, as amortizações sobre o acréscimo anual do valor dos bens resultantes da reavaliação, são efectuadas no exercício económico seguinte àquele em que ocorreu a reavaliação, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal, e o seu valor apurado tendo em conta o prazo residual para o final da vida útil do bem.

i) Imposto

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 30% sobre o valor total dos resultados antes de impostos, ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor. Fiscalmente, o Banco é considerado um contribuinte do Grupo A.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei-Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro) e pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de tributação em sede de Imposto Industrial, de acordo com o previsto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do respectivo Código,



onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública Angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2010 a 2014. Não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios atrás referidos venha a ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos, activos e passivos, são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os mesmos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

O Banco está ainda sujeito ao pagamento de IPU, à taxa de 0,5% sobre o valor patrimonial dos imóveis que se destinem ao normal funcionamento da actividade do Banco, conforme definido na Lei n.º 18/11 de 21 de Abril.

Imposto de Aplicação de Capitais

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência da Reforma Tributária actualmente em curso.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações, operações de cedência de liquidez e juros de Títulos do Banco Central.

A taxa genérica é de 10%, mas poderá ser aplicada uma taxa reduzida de 5% (no caso de rendimentos de títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) ou uma taxa de 15%. Este imposto tem, face à redacção actual do Código do Imposto Industrial, a natureza de pagamento por conta, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada nos termos da alínea a) do número 81º do Código do Imposto Industrial.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

j) Crédito

Os créditos são activos financeiros e são registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodicados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As responsabilidades por garantias e avales são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales, são submetidas à constituição de provisões de acordo com o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março.

k) Redução no valor recuperável de activos (imparidade)

O Banco avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Na avaliação do indício de imparidade o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

- a) Declínio significativo no valor de um activo maior do que o esperado no seu uso normal;
- b) Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal com efeitos adversos sobre o Banco;
- c) Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de descontos e conseqüente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- d) Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- e) Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- f) Mudanças significativas na forma de utilização do activo como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- g) Indicação que o desempenho económico do activo será pior que o esperado.



I) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incertezas, contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adopção do menor valor para os componentes do activo e maior para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciadas regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de provisões para o crédito concedido e Outras provisões e Impostos correntes e diferidos.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

3. DISPONIBILIDADES

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Caixa				
- Notas e moedas nacionais	1.616.232	15.712	1.750.962	17.937
- Notas e moedas estrangeiras	185.612	1.804	284.585	2.915
	1.801.844	17.516	2.035.547	20.852
Depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA)				
- Em moeda nacional	2.224.486	21.627	2.244.856	22.996
- Em moeda estrangeira	1.158.752	11.265	1.202.172	12.315
	3.383.238	32.892	3.447.028	35.311
Cheques a cobrar – Moeda Nacional	1.671	16	50.524	517
Depósitos a ordem no estrangeiro	1.815.029	17.646	1.580.702	16.193
	1.816.700	17.662	1.631.226	16.710
	7.001.782	68.070	7.113.801	72.873

De acordo com o instrutivo n.º 01/14, de 12 de Fevereiro, o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional é de 12,5%, 50% e 100% para os depósitos totais reflectidos em Moeda Nacional de clientes, do Governo Local e do Governo Central, respectivamente. O coeficiente das reservas obrigatórias em moeda estrangeira é de 15% para os saldos dos depósitos dos clientes, e 100%, para os saldos dos depósitos dos governos central e local, assim como as administrações municipais. A exigibilidade das reservas é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos finais diários. Estes depósitos não são remunerados.

O saldo de Depósitos no Banco Central, a 31 de Dezembro de 2014 tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, visam satisfazer as exigências de reservas obrigatórias.

4. APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Aplicações no País	750.036	7.291	9.543.615	97.765
Aplicações no Estrangeiro	1.078.542	10.485	1.221.438	12.512
Moedas de ouro	1.485	15	1.485	15
	1.830.063	17.791	10.766.538	110.292

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, as aplicações de liquidez apresentam maturidades residuais inferiores a 60 dias.

Em 31 de Dezembro de 2014, as aplicações vencem juros às seguintes taxas:

- ◆ AKZ – 1,75%
- ◆ EUR – 0,25%
- ◆ USD – 0,46%

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2014						
Milhares de Kwanzas	Custo de Aquisição	Atualiz. Valor Nominal	Atualiz. Justo Valor	Proveitos a Receber	Provisão	Valor de Balanço
Bilhetes Tesouro – MN	3.142.025	–	–	118.756	–	3.260.781
Obrig. do Tesouro – MN						
- OT TX	54.136	–	–	74	–	54.210
- OT NR	7.360.500	(18.216)	(42.606)	110.801	–	7.410.479
Obrig. do Tesouro - ME						
- OT USD	514.315	–	–	7.036	–	521.351
- OT EUR	-	–	–	–	–	-
Obrig. Subordinadas	102.863	–	–	3.017	(1.029)	104.851
	11.173.839	(18.216)	(42.606)	239.684	(1.029)	11.351.672

2013						
Milhares de Kwanzas	Custo de Aquisição	Atualiz. Valor Nominal	Atualiz. Justo Valor	Proveitos a Receber	Provisão	Valor de Balanço
Bilhetes Tesouro – MN	676.851	–	10.973	7.375	–	695.199
Obrig. do Tesouro – MN						
- OT TX	421.177	20.862	–	4.019	–	446.058
- OT NR	1.497.300	(553)	9.592	13.013	–	1.519.352
Obrig. do Tesouro – ME						
- OT USD	488.092	–	–	5.866	–	493.958
- OT EUR	136.200	–	(621)	5.219	(1.343)	139.455
Obrig. Subordinadas	97.619	–	–	2.864	(976)	99.507
	3.317.239	20.309	19.944	38.356	(2.319)	3.393.529

Os títulos acima detalhados foram classificados como sendo “Disponíveis para venda”. Os títulos e valores mobiliários, adquiridos do Estado Angolano têm o nível de risco A, ao passo que o adquirido do Banco Keve, tem o nível de risco B.

O Banco adquiriu do Estado Angolano no decorrer do ano de 2014 Obrigações não reajustáveis, em moeda nacional, num total de 5.863.200.000 Kwanzas.

Os Bilhetes do Tesouro estão registados pelo respectivo valor de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares e as maturidades destes títulos são curtas (inferior a 1 ano).

As maturidades dos Bilhetes do Tesouro (BTs) e Obrigações do Tesouro (OTs) eram as seguintes:

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
BT				
Até 6 meses	3.260.781	31.700	–	–
De 6 meses a um ano	–	–	695.199	7.122
	3.260.781	31.700	695.199	7.122
OT				
Até 6 meses	–	–	457.123	4.683
Até um ano	1.556.902	15.136	77.034	789
Acima de um ano	6.533.989	63.521	2.164.173	22.169
	8.090.891	78.657	2.698.330	27.641
	11.351.672	110.357	3.393.529	34.763

As taxas de juros médias dos Títulos são apresentadas abaixo:

	2014 %	2013 %
Bilhetes do Tesouro (em Kwanzas)	5,03	5,36
Títulos do Banco Central (em Kwanzas)	–	–
Obrigações do Tesouro em MN (TX)	7,00	7,02
Obrigações do Tesouro em ME (USD)	7,37	7,58
Obrigações estrangeiras em ME (EUR)	–	5,63

O banco adopta uma política de investimento em títulos e valores mobiliários à luz da realidade do mercado angolano, tendo em conta a estreita observância dos controlos de risco, essencialmente o de liquidez e de mercado.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Crédito interno	6.222.305	60.492	5.895.521	60.393
Créditos vencidos	443.583	4.312	171.120	1.753
Rendimentos Créditos	34.041	330	35.380	362
	6.699.929	65.134	6.102.021	62.508
Provisões de crédito	(238.130)	(2.315)	(245.763)	(2.517)
	6.461.799	62.819	5.856.258	59.991

Os princípios básicos das políticas de concessão de crédito e aprovisionamento das perdas com créditos de liquidação duvidosa adoptados pelo Banco podem ser resumidos como segue:

- ◆ A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola;
- ◆ No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados, pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou país) e cliente (estabilidade económica e financeira e, colateralização);
- ◆ Com vista a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas advindas de Risco de Crédito, o Conselho de Administração tem vindo a reforçar o ambiente de controlo, conforme evidenciado pela constituição de um comité de recuperação de crédito que tem o objectivo de gerir os créditos vencidos e vincendos que apresentam um risco de crédito acrescido.

Os activos creditícios têm um forte enfoque em termos de monitorização. A dimensão e tipologia das suas operações propiciam a existência de níveis de concentração expressivos, que merecem especial atenção ao nível da gestão do risco de forma transversal.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o maior cliente do Banco representava 16,82% e 21,39% do total da carteira de crédito, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representava, naquelas datas, aproximadamente, 74,93% e 66,93% da carteira de crédito, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a accionistas do Banco ou a sociedades por eles controladas ascendia a mAKZ 305.207 e mAKZ 71.850, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	%
Construção	85.071	827	1
Comércio	338.299	3.289	5
Transportes e comunicação	34.492	335	1
Prestação de serviços e imobiliária	4.181.769	40.653	62
Particulares	2.060.298	20.030	31
	6.699.929	65.134	100

Em 31 de Dezembro de 2013 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares	%
Construção	322.520	3.304	5
Comércio	912.615	9.349	15
Transportes e comunicação	98.682	1.011	2
Prestação de serviços e imobiliária	2.617.845	26.817	43
Particulares	2.150.359	22.027	35
	6.102.021	62.508	100

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

Crédito por moeda:

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Kwanzas	5.809.443	56.477	4.486.944	45.963
Dólares americanos	890.398	8.656	1.614.988	16.544
Outras moedas	88	1	89	1
	6.699.929	65.134	6.102.021	62.508

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o crédito concedido a clientes, excluindo os adiantamentos a depositantes, vencia juros à taxa média anual de 15,20% e 17,70%, respectivamente, para crédito em moeda nacional e 9,10% e 7,10%, respectivamente, para crédito expresso em moeda estrangeira.

A decomposição dos créditos vencidos por classe de risco é como segue abaixo:

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
A	–	–	–	–
B	245.920	2.391	17.404	178
C	38.916	378	18.135	186
D	9.287	90	9.604	98
E	20.156	196	14.920	153
F	–	–	7.445	76
G	129.304	1.257	103.612	1.062
	443.583	4.312	171.120	1.753

A matriz de migração de risco dos tomadores de crédito é apresentada abaixo:

		2014										Carteira 2013
Risco	A	B	C	D	E	F	G	WO	Reduções	Total		
2013	A	69,85%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	30,15%	30,92%	1.886.840.914
	B	86,81%	0,55%	0,39%	0,36%	0,00%	0,03%	0,03%	0,03%	11,81%	59,99%	3.660.813.804
	C	0,00%	1,14%	97,38%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,48%	4,60%	280.406.710
	D	0,00%	0,87%	1,47%	72,33%	0,00%	5,15%	0,00%	0,00%	20,19%	1,71%	104.188.069
	E	0,00%	4,71%	0,00%	24,00%	64,01%	0,00%	0,12%	0,00%	7,16%	0,24%	14.921.218
	F	0,00%	0,00%	39,43%	0,00%	0,00%	0,00%	0,57%	0,00%	60,00%	0,04%	2.486.796
	G	0,00%	4,29%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	57,43%	22,17%	16,12%	2,50%	152.363.745
Total	30,92%	59,99%	4,60%	1,71%	0,24%	0,04%	2,50%	0,57%	17,28%	100,00%		
Carteira 2013	1.886.840.915	3.660.813.548	280.406.710	104.188.069	14.921.218	2.486.796	152.363.745	34.886.093	1.054.250.804		6.102.021.256	

A distribuição por faixa de vencimento é apresentada abaixo:

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Crédito Interno				
Em moeda estrangeira:				
Até 1 ano	119.596	1.163	432.219	4.428
De 1 a 5 anos	301.577	2.932	799.112	8.186
Mais de 5 anos	464.750	4.518	482.044	4.938
	885.923	8.613	1.713.375	17.552
Em moeda nacional:				
Até 1 ano	2.136.928	20.774	1.175.754	12.044
De 1 a 5 anos	3.426.455	33.311	3.212.892	32.912
Mais de 5 anos	18.675	181	-	-
Adiantamento a depositantes	231.948	2.255	-	-
	5.814.006	56.521	4.388.646	44.956
	6.699.929	65.134	6.102.021	62.508

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

O Crédito interno em moeda estrangeira, com mais de 5 anos é essencialmente constituído por créditos à habitação, alguns dos quais, cedidos a colaboradores.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, foram abatidos do Activo por utilização de provisões de créditos que se encontravam classificados no nível de risco G nos montantes de mAKZ 26.246 e mAKZ 28.973, respectivamente.

Por outro lado, foram reestruturados 5 (Cinco) créditos que ascendiam ao valor de mAKZ 55.209.

O movimento das provisões de crédito durante o ano 2014 é apresentado abaixo:

Milhares de Kwanzas	Provisão para crédito
Resultado em 31 de Dezembro de 2013	245.763
Reforços	88.487
Reposições	(69.874)
Provisões do Exercício	18.613
Utilizações	(26.246)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	238.130

7. PARTICIPAÇÕES

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços:				
Capital	26.253	255	26.253	269
Prestações Suplementares	44.980	438	44.980	461
Imparidade – Prestações suplementares	(362)	(4)	(362)	(4)
	70.871	689	70.871	726

As participações financeiras encontram-se valorizadas de acordo com o constante da alínea f) da Nota n.º 2.3. As prestações suplementares são remuneradas à taxa Libor a 6 meses acrescido de um spread de 325 pontos de base.

8. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

IMOBILIZADO INCORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	109.479	7.735	–	–	(244)	116.970
Gastos de Org. e Expansão	1.060	–	–	–	–	1.060
Benfeitorias Imov. de Terceiro	1.029.218	393	44.134	–	–	1.073.745
Outras Imobil. Incorpóreas	14.462	–	–	–	–	14.462
	1.154.219	8.128	44.134	–	(244)	1.206.237
Amortização						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	(84.805)	(13.023)	–	–	–	(97.828)
Gastos de Org. e Expansão	(294)	(353)	–	–	–	(647)
Benfeitorias Imov. de Terceiro	(277.131)	(75.104)	–	–	–	(352.235)
Outras Imobil. Incorpóreas	(5.782)	(3.909)	–	–	–	(9.691)
	(368.012)	(92.389)	–	–	–	(460.401)
Valor Líquido						
Sist. Trat. Aut. Dados "Software"	24.674	(5.288)	–	–	(244)	19.142
Gastos de Org. e Expansão	766	(353)	–	–	–	413
Benfeitorias Imov. de Terceiro	752.087	(74.711)	44.134	–	–	721.510
Outras Imobil. Incorpóreas	8.680	(3.909)	–	–	–	4.771
	786.207	(84.261)	44.134	–	(244)	745.836

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

8. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

IMOBILIZADO CORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Imóveis de Uso Próprio	1.416.849	62.208	400.135	-	-	1.879.192
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	1.253.770	115.454	74.350	-	-	1.443.574
Imobilizado em curso	741.512	651.984	(518.619)	(76.782)	-	798.095
	3.412.131	829.646	(44.134)	(76.782)	-	4.120.861
Amortização						
Imóveis de Uso Próprio	(77.739)	(51.728)	-	-	-	(129.467)
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	(788.807)	(137.786)	-	(1)	-	(926.594)
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-
	(866.546)	(189.514)	-	(1)	-	(1.056.061)
Valor Líquido						
Imóveis de Uso Próprio	1.339.110	10.480	400.135	-	-	1.749.725
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	464.963	(22.332)	74.350	(1)	-	516.980
Imobilizado em curso	741.512	651.984	(518.619)	(76.782)	-	798.095
	2.545.585	640.132	(44.134)	(76.783)	-	3.064.800

9. CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Compensação electrónica	-	-	7.745	79
Escola Internacional	-	-	132.401	1.357
Outros devedores	1.984	19	354	3
Fundo de Maneio	17.601	171	12.099	124
	19.585	190	152.599	1.563

Os Saldos das sub-rubricas de "Compensação electrónica de Valores" e "Escola Internacional" foram reclassificados para a rubrica "Outros Valores" (Ver Nota 10). O Fundo de Maneio é constituído pelos montantes adiantados às agências para a aquisição de material de consumo corrente.

10. OUTROS VALORES

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Compensação Electrónica de Valores	11.428	111	–	–
EMIS	7.193	70	–	–
Arrecadação Receitas Alfândegas	20.501	199	6.665	68
Impostos Diferidos	12.782	124	217	2
Bolsa de Valores	25.716	250	24.405	250
Escola Internacional	95.627	930	20.160	207
- Investimento	191.254	1.860	20.160	207
- Imparidade	(95.627)	(930)	–	–
Adiantamentos a fornecedores	19.087	186	19.087	196
Economato	57.440	559	25.542	262
Despesas com custos diferidos	65.287	635	40.644	416
- De seguros	26.605	259	1.983	20
- Rendas e alugueres	32.467	316	35.041	359
- Outros	6.215	60	3.620	37
Participação – sede ABANC	21.736	211	22.944	235
Selos de Circulação	10.945	106	3.154	32
Outros	30.638	298	6.067	62
	378.380	3.679	168.885	1.730

Quanto a rubrica “Selos de Circulação”, o saldo em nossos livros respeita ao montante dos mesmos que, em 31 de Dezembro de 2014, se encontravam em nossa posse para venda ao público na qualidade de agente autorizado para o efeito pela Direcção Nacional de Impostos, sendo 11% a comissão cobrada pela prestação deste serviço.

A participação do BCA na aquisição da sede da ABANC encontra-se a amortizar em 20 (vinte) anos, tendo-se iniciado este período de amortização a partir de 2013.

A sub-rubrica “Arrecadação de Receitas Alfândegas” contém os valores das comissões a receber das Alfândegas, na prestação de serviço de arrecadação de receitas a esta Instituição. Os Impostos Diferidos resultam do cálculo do justo valor dos títulos e valores mobiliários.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

A escola Internacional é um projecto de construção de uma escola com os padrões internacionais, na área do Lar do Patriota (Benfica – Luanda), cujo estudo de viabilidade terminou em 2014. Dela consta o valor cedido ao Shopping Rudimba, pela aquisição da porção de terreno anexado ao projecto.

11. OUTRAS CAPTAÇÕES

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
À Vista:				
No País	514.776	5.000	–	–
No estrangeiro	182.061	1.774	22.284	228
	696.837	6.774	22.284	228

Em 31 de Dezembro de 2014, a maturidade residual das captações de liquidez é inferior a 15 dias.

A taxa de juro média das operações no país é de 1,9%. As operações no estrangeiro não vencem juros.

12. DEPÓSITOS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Depósitos à vista:				
Em moeda nacional	10.018.238	97.394	10.531.791	107.887
Em moeda estrangeira	3.275.673	31.845	5.188.144	53.147
	13.293.911	129.239	15.719.935	161.034
Depósitos a prazo				
Em moeda nacional	6.987.642	67.932	6.909.876	70.785
Em moeda estrangeira	2.305.497	22.413	1.159.254	11.875
	9.293.139	90.345	8.069.130	82.660
	22.587.050	219.584	23.789.065	243.694

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, o maior depositante do Banco representava 24,73% e 31,93% do total dos depósitos, respectivamente. Adicionalmente, o conjunto dos vinte maiores depositantes do banco representava naquelas datas, aproximadamente 62,73% e 62,07% do total dos depósitos, respectivamente.

A distribuição por faixa de vencimento é apresentada abaixo:

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Depósitos a Prazo em moeda estrangeira:				
Até 3 meses	1.522.670	14.803	783.351	8.025
De 3 a 6 meses	613.197	5.961	303.130	3.105
De 6 a 12 meses	169.630	1.649	72.773	745
	2.305.497	22.413	1.159.254	11.875
Depósitos a Prazo em moeda nacional:				
Até 3 meses	5.280.243	51.333	5.219.937	53.473
De 3 a 6 meses	1.215.680	11.819	1.208.470	12.380
De 6 a 12 meses	491.719	4.780	481.469	4.932
	6.987.642	67.932	6.909.876	70.785
	9.293.139	90.345	8.069.130	82.660

13. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Cheques visados	137.754	1.340	251.651	2.578
Cheques e ordem a pagar MN	5.727	56	15.902	163
Outros passivos a regularizar	36.135	351	238.910	2.448
Sobras de caixa	2.302	22	130	1
	181.918	1.769	506.593	5.190

Constam da sub-rubrica "Outros passivos a regularizar" os valores respeitantes às operações do "Sistema de Transferência a Crédito" (mAKZ 1.500), os valores respeitantes às operações no Supermercado do Jumbo (mAKZ 3.589), e outros.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

14. OPERAÇÕES CAMBIAIS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Recursos vinculados a op. Cambiais	147.320	1.432	53.050	543

O saldo desta conta a 31 de Dezembro de 2014 representava os valores que se destinavam essencialmente para cartas de crédito documentário de clientes do banco que se encontram por regularizar.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Credores				
Fornecedores	825.456	8.025	388.627	3.981
Provisões e outros	288.284	2.803	222.599	2.280
Pessoal	41.836	407	100.179	1.026
Obrigações fiscais	156.050	1.517	359.122	3.679
Outros	67.958	660	60.798	623
	1.379.584	13.412	1.131.325	11.589

A sub-rubrica "Obrigações Fiscais" refere-se, essencialmente, a dívidas por Imposto Industrial (140.406 milhares Kwanzas), retenção de IRT, Imposto de Selo, descontos para Segurança Social e Imposto de Aplicação de Capitais. Todos esses valores serão liquidados no ano de 2015.

Constam da sub-rubrica "Provisões e Outros" os montantes de custos incorridos, cujas facturas, até ao fim do ano, não tinham sido recebidas, tais como os custos dos serviços clínicos (mAKZ 87.858), rendas (mAKZ 55.193), entre outros.

16. PROVISÕES PARA RESPONSABILIDADES POTENCIAIS

	2014 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Kwanzas
Saldo Inicial	65.676	58.573
Provisões do Exercício	6.509	5.843
Varição Reexpressão AKZ	3.697	1.260
Utilizações	-	-
Saldo Final	75.882	65.676

As provisões para responsabilidades potenciais representam a compensação pela reforma de trabalhadores, que é anualmente reforçada, à luz da Lei Geral de Trabalho.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

17. CAPITAL

O capital social actual do Banco é de 2.500.000 milhares de Kwanzas, representado por 6.250.000 acções com o valor nominal de AKZ 400 cada e encontra-se integralmente realizado. O lucro por acção é de 12,93%.

Em 31 de Dezembro de 2014 a estrutura accionista do banco era a seguinte:

	Número de acções	% do Capital
SADINO, Lda	817.528	13,08
Salomão José Luheto Xirimbimbi	690.587	11,05
GEFI	609.104	9,75
Fundo de Pensões	583.330	9,33
José Francisco Luís António	576.338	9,22
Julião Mateus Paulo "Dino Matrosse"	437.500	7,00
Mateus Filipe Martins	383.242	6,13
Afonso Domingos Van-Dúnem "Mbinda"	312.501	5,00
Casa Smart	237.552	3,80
Fernando José de Franca Van-Dunen	195.765	3,13
José Jaime Agostinho de S. Freitas	195.765	3,13
Visgosol	166.667	2,67
Lopo Fortunato Ferreira do Nascimento	130.962	2,10
Abel Fernandes da Silva	113.851	1,82
António Mosquito Mbakassy	113.851	1,82
Pedro de Castro Van-Dunem (Herdeiros)	112.552	1,80
João Manuel de Oliveira Barradas	92.754	1,49
Augusto da Silva Tomás	90.042	1,44
Marcolino José Carlos Moco	90.042	1,44
Dumilde das Chagas Rangel	54.023	0,86
IMPORAFRICA-IMOBILIÁRIA Lda.	54.023	0,86
Valentim Amões (Herdeiros)	47.008	0,75
Generoso Hermenegildo G. de Almeida	45.020	0,72
Benvindo Rafael Pitra (Herdeiros)	33.333	0,53
Estevão Pitra	16.665	0,27
Isaac Francisco Mário dos Anjos	16.665	0,27
José Amaro Tati	16.665	0,27
Santos Matoso Júnior	16.665	0,27
Total	6.250.000	100,00

18. CAPITAL E MOVIMENTO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Milhares de Kwanzas	Capital Social	Reserva Actualização Monetária Capital Social	Reservas e Fundos	Resultados Potenciais	Resultados Exercício	Total
Saldo em 31 Dezembro 2013	1.308.702	82.579	3.212.330	12.963	669.706	5.286.280
Resultado Transitado	-	-	474.469	-	(474.469)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	(195.237)	(195.237)
Incorporação Reservas	1.191.298	-	(1.191.298)	-	-	-
Anulações Reservas Fundos 2013	-	-	-	(12.963)	-	(12.963)
Reservas Fundos 2014	-	-	-	(29.824)	-	(29.824)
Resultado Exercício 2014	-	-	-	-	807.941	807.941
Saldo em 31 Dezembro 2014	2.500.000	82.579	2.495.501	(29.824)	807.941	5.856.197

As Reservas para Manutenção de Fundos Próprios foram calculadas com base na política contabilística descrita na alínea i) da Nota n.º 2.3.

Os montantes registados nas rubricas de "Reserva Legal" e "Outras Reservas" foram constituídos nos termos da legislação aplicável e corresponde à aplicação do resultado líquido em Kwanzas referente ao exercício anterior.

Do valor total de reservas, apenas estão disponíveis para a distribuição, os valores relativos a "Outras Reservas".

Os resultados potenciais derivam da desvalorização a justo valor de alguns títulos classificados como disponíveis para venda, cujo total apurado foi de 42.606 milhares de Kwanzas e após dedução do imposto diferido no valor de 12.782 milhares de Kwanzas, resultou numa reserva de 29.824 milhares de Kwanzas.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

19. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Crédito Interno	906.461	9.202	635.631	6.588
Juros Aplic. em I.C. no Estrang. – ME	5.676	58	5.554	58
Juros Aplic. em I.C. no País	157.058	1.594	702.175	7.277
Juros Devedores Outras Aplicações	28.243	287	35.198	365
Títulos	634.855	6.444	129.430	1.341
	1.732.293	17.585	1.507.988	15.629

20. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Depósitos	199.881	2.029	288.680	2.992
Recursos de IC's no País – MN	–	–	–	–
Outros Recursos ref. Op. Venda Títulos c/ Acordo Recompra	33.477	340	1.646	17
	233.358	2.369	290.326	3.009

21. COMISSÕES RECEBIDAS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Comissões recebidas p/ levantamento. MN e ME	22.459	228	65.789	682
Por serviços bancários prestados	660.349	6.703	716.545	7.426
Por garantias prestadas	29.130	296	14.825	154
	711.938	7.227	797.159	8.262

As comissões por serviços bancários correspondem aos proveitos obtidos com a intermediação das operações de importação, transferências Moneygram, seguros entre outros.

22. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Lucros em operações cambiais	1.167.346	11.851	2.400.887	24.884
Prejuízos em operações cambiais	(52.065)	(529)	(1.187.412)	(12.307)
	1.115.281	11.322	1.213.475	12.577

23. OUTROS PROVEITOS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Emissão de Cheque Bancário	–	–	35	1
Pela venda de cheque	3.956	40	4.660	48
Reembolso de despesas	701	7	1.277	13
Outros	55	1	5	–
	4.712	48	5.977	62

24. CUSTOS COM PESSOAL

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Encargos sociais obrigatórios	38.573	392	38.321	397
Encargos sociais facultativos	38.767	393	115.681	1.200
Remuneração dos empregados	824.966	8.374	814.541	8.442
Outros	75.350	765	31.974	331
	977.656	9.924	1.000.517	10.370

O número de empregados ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2014 foi de 248 (em 31 de Dezembro de 2013 era de 253).

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

25. FORNECIMENTO DE TERCEIROS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Comunicações	106.293	1.079	165.476	1.715
Conservação e reparação	30.813	313	34.830	361
Custos c/ trabalho independente	79.473	807	53.236	551
Deslocações	56.842	577	46.902	486
Fornecimentos de terceiros	165.827	1.683	197.160	2.043
Publicidade	53.880	547	76.959	798
Rendas e alugueres	138.500	1.406	153.334	1.589
Seguros	2.221	22	7.399	77
	633.849	6.434	735.296	7.620

26. OUTROS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Serviços de informática	47.015	477	57.802	599
Serviços de segurança	124.322	1.262	91.543	949
Transportes de pessoal e de valores	44.011	447	26.835	278
Encargos c/ formação do Pessoal	13.869	141	13.352	138
Outros serviços de terceiros	53.962	548	46.261	480
	283.179	2.875	235.793	2.444

Constam da sub-rubrica "Outros Serviços de Terceiros" os custos com serviços eventuais de limpeza (mAKZ 21.725), e outros.

27. PROVISÕES

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Para crédito e juros vencidos	(18.613)	(189)	16.216	168

Ver o mapa do movimento das provisões na Nota 6.

29. OUTROS PROVEITOS E CUSTOS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Resultado de Imobilizações	1.032	10	1.136	12
Penalidades pelo Regulador	(90)	(1)	(8.400)	(89)
Outros custos e Proveitos	(29.143)	(295)	3.852	41
	(28.201)	(286)	(3.412)	(36)

30. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Recuperação de créditos incobráveis	2.727	27	5.837	61
Proveitos exercícios anteriores	4.413	45	5.146	53
Custos exercícios anteriores	(1.388)	(14)	(1.832)	(19)
	5.752	58	9.151	95

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

31. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

	2014 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	948.347	1.007.715
Multas fiscais e outros custos não dedutíveis	172.714	19.691
Benefícios fiscais	645.035	58.608
Lucro tributável	476.026	968.798
Taxa nominal	30%	35%
Imposto a pagar	142.808	339.079
Dedução IAC (65%)	2.402	1.070
Imposto a pagar - Líquido	140.406	338.009
Taxa efectiva	15%	34%

Os benefícios fiscais são compostos pelos juros dos títulos públicos. As deduções de IAC do imposto a pagar são retenções na fonte sobre os juros de aplicações no Banco Nacional de Angola, assim como sobre os da obrigação do Banco Keve, por terem sido já objecto de tributação (Imposto de Aplicação de Capitais – IAC).

32. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	(971.626)	(9.446)	18.000	184
Crédito documentários abertos	830.562	8.074	1.845.276	18.903
	(141.064)	(1.372)	1.863.276	19.087
Garantias recebidas				
Garantias recebidas	8.832.516	85.867	9.046.715	92.674

33. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 as entidades relacionadas são accionistas do Banco, e os principais saldos e transacções mantidos com elas foram os seguintes:

	2014 Milhares de Kwanzas	2014 Milhares de Dólares	2013 Milhares de Kwanzas	2013 Milhares de Dólares
Activo:				
Crédito	305.207	2.967	71.850	736
	305.207	2.967	71.850	736
Passivos:				
Depósitos	350.725	3.410	415.471	4.257
	350.725	3.410	415.471	4.257

As taxas de juros médias das transacções com entidades relacionadas são apresentadas abaixo:

	Moeda Nacional %	Moeda Estrangeira %
Crédito	12,6	8,7
Depósitos	2,5	2,1

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

34. BALANÇOS POR MOEDA

	2014 Moeda Nacional (Expressa em AKZ)	2014 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	Total
ACTIVO			
Disponibilidades	3.842.390	3.159.392	7.001.782
Operações no mercado inter financeiro	751.521	1.078.542	1.830.063
Títulos e Valores Mobiliários	10.725.470	626.202	11.351.672
Créditos sobre clientes	5.564.514	897.285	6.461.799
Participações	70.871	–	70.871
Imobilizações incorpóreas	745.836	–	745.836
Imobilizações corpóreas	3.064.800	–	3.064.800
Créditos no sistema de pagamentos	15.958	3.627	19.585
Outros Valores	158.166	220.214	378.380
	24.939.526	5.985.262	30.924.788
PASSIVO			
Outras captações	–	696.837	696.837
Depósitos	17.005.890	5.581.160	22.587.050
Obrigações no sistema de pagamentos	152.933	28.985	181.918
Operações cambiais	–	147.320	147.320
Outras obrigações	1.128.557	251.027	1.379.584
Provisões p/ responsabilidades potenciais	150	75.732	75.882
	18.287.530	6.781.051	25.068.591
FUNDOS PRÓPRIOS			5.856.197



	2013 Moeda Nacional (Expressa em AKZ)	2013 Moeda Estrangeira (Expressa em AKZ)	Total
ACTIVO			
Disponibilidades	4.046.342	3.067.459	7.113.801
Operações no mercado inter financeiro	9.545.100	1.221.438	10.766.538
Títulos e Valores Mobiliários	2.658.290	735.239	3.393.529
Créditos sobre clientes	4.241.181	1.615.077	5.856.258
Participações	70.871	–	70.871
Imobilizações incorpóreas	786.207	–	786.207
Imobilizações corpóreas	2.545.585	–	2.545.585
Créditos no sistema de pagamentos	21.715	130.884	152.599
Outros Valores	112.692	56.193	168.885
	24.027.983	6.826.290	30.854.273
PASSIVO			
Outras captações	–	22.284	22.284
Depósitos	17.441.667	6.347.398	23.789.065
Obrigações no sistema de pagamentos	481.339	25.254	506.593
Operações cambiais	–	53.050	53.050
Outras obrigações	780.359	350.966	1.131.325
Provisões p/ responsabilidades potenciais	150	65.526	65.676
	18.703.515	6.864.478	25.567.993
FUNDOS PRÓPRIOS			5.286.280

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de Dezembro de 2014 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

De acordo com as disposições legais e regulamentares angolanas, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Comercial Angolano (BCA) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade dos registos contabilísticos, como da respectiva documentação. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, nos termos que apraz registar.

As contas foram objecto de uma auditoria completa levada a cabo pelos auditores externos do Banco, cuja opinião é que as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BCA em 31 de Dezembro de 2014 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Tendo ponderado o relatório do Auditor Externo, é parecer do Conselho Fiscal que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2014.

O Conselho Fiscal, Luanda, 28 de Abril de 2015.



Paul de Sousa
Presidente do Conselho Fiscal



Esperança Carango
Vogal do Conselho Fiscal



Domingos Filipe
Vogal do Conselho Fiscal

Quedas do Monte Negro | Cunene



Relatório dos Auditores Externos



Ao Conselho de Administração do
Banco Comercial Angolano

Relatório do Auditor Independente

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial Angolano que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2014 que evidencia um total de 30.924.788 milhares de Kwanzas, e um capital próprio de 5.856.197 milhares de Kwanzas, o qual inclui um resultado líquido do exercício no montante de 807.941 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração de alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao efectuar essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações



financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Comercial Angolano, em 31 de Dezembro de 2014 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Angola para o sector bancário.

Por PricewaterhouseCoopers (Angola), Lda

Ricardo Santos

Ricardo Santos
Partner

Luanda, 27 de Abril de 2015



Banco Comercial Angolano

Av. Comandante Valódia, 83-A
Tel: (+244) 222 448 842 / 48 / 49
Fax: (+244) 222 449 516
E-mail: bca@bca.co.ao

www.bca.co.ao

◆ **Edição:**

Banco Comercial Angolano, S.A.

◆ **Design:**

Futuro Publicidade, Lda.

◆ **Fotos:**

Ben Cranke (pág. 85)

David DeSousa Drumond (pág. 20)

Daniel P. Sobreira (pág. 17)

James P. Blair (pág. 1)

Kostadin Luchansky (capa, págs. 2, 5, 6, 10, 19, 32, 41, 42)

namibelephant (pág. 24)

◆ **Impressão:**

Futuro, Lda.

Impresso em Junho 2015